

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.806 - RS (2019/0133538-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : RUMO MALHA SUL S.A
ADVOGADOS : FÁBIO KORENBLUM - RS092135A
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RS056888A
AGRAVADO : EXPRESSO MAZZANTI TRANSPORTE ESCOLAR LTDA
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO MARTELLI DA SILVA - RS053732
VICTOR HUGO OLIVEIRA DA SILVA JÚNIOR - RS088889

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por RUMO MALHA SUL S.A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado pela recorrente, aplica-se, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

